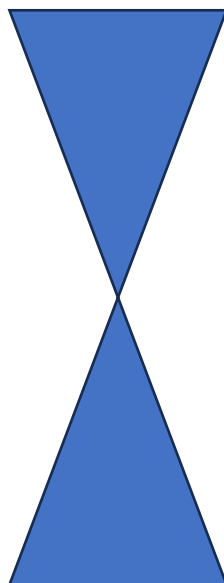


**XII ASSEMBLEIA GERAL DA OISC/CPLP EM GUINÉ BISSAU (6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2023)**



# **TRIBUNAIS**

## **Timor-Leste**



**CÂMARA DE CONTAS DE TIMOR LESTE.**

**COMUNICAR E PROMOVER OS VALORES E BENEFÍCIOS  
DAS ISC: COMUNICAÇÃO EFICAZ E RELAÇÃO COM AS  
PARTES INTERESSADAS.**



## Índice

<b>Introdução</b> .....	3
<b>1. Boas práticas no âmbito da Estratégia de Comunicação</b> .....	4
<b>2. Boas práticas adotadas no âmbito da comunicação com o Parlamento</b> .....	5
<b>3. Boas práticas adotadas no âmbito da comunicação com os cidadãos</b> .....	6
<b>4. Conclusões</b> .....	7
<b>5. Recomendações</b> .....	8



## Introdução

As Instituições Superiores de Controlo de matriz jurisdicional são organizações que promovem a transparência da ação pública, cabendo-lhes assegurar a responsabilização pela prestação de contas, apreciar a boa gestão financeira e efetivar responsabilidades por infrações financeiras.

É neste contexto que as ISC, enquanto entidades fiscalizadoras independentes, desempenham um papel crucial no Estado de direito, ou seja, são elas que, dotadas de mandato próprio, intervêm no sistema e conferem credibilidade às contas públicas, por via do seu parecer e outros mecanismos de controlo.

Agir de acordo com o interesse público impõe às ISC uma responsabilidade adicional de conseguirem demonstrar que são exemplares na resposta aos desafios e expectativas que as sociedades têm da sua ação, considerando ser esperado que conformem a sua ação com os padrões éticos e de desempenho tidos como adequados ao correto exercício do seu mandato.

Ao desempenhar o seu mandato é fundamental para a ISC a definição de uma estratégia de comunicação com todas as entidades sob o seu controlo. A boa comunicação implica que seja realizada de forma a garantir que existe a compreensão do trabalho realizado (os produtos), dos resultados atingidos e consciencialização da missão e responsabilidades inerentes às funções da Instituição Superior de Controlo.

A estratégia deve considerar também objetivos de comunicação com as restantes instituições e a sociedade em geral, visando transmitir os valores e benefícios da ISC a estes destinatários, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura de responsabilização e transparência no sistema democrático do país.

Caso os valores sejam assimilados, isso contribuirá para o desenvolvimento na sociedade, uma vez que haverá menos corrupção e maior facilidade de promoção da responsabilidade, da transparência e da boa governança.

Conforme a política e a estratégia da comunicação da INTOSAI, pode resumir-se que uma comunicação ativa e eficaz facilitará a comunicação interna e externa oportuna, precisa e transparente de forma a melhorar a auditoria pública do respetivo país. Em consequência disto, a comunicação interna é um aspeto fundamental para a motivação da equipa da ISC e o seu alinhamento com as prioridades estratégicas da instituição. Por outro lado, a comunicação externa deve ser capaz de transmitir assertivamente as mensagens consideradas mais importantes aos destinatários principais, as entidades visadas nas ações de fiscalização e controlo, o Parlamento e os cidadãos

Quer a comunicação interna quer a externa, deverão ser parte integrante da estratégia de gestão da ISC, no dar a conhecer aos destinatários principais do conteúdo dos trabalhos realizados, a sua relevância, a missão da instituição, bem com a sua relevância como fiscalizador externo e independente das finanças públicas.



Além de introdução, este documento contém a seguinte estrutura: 1. Boas práticas no âmbito da Estratégia de Comunicação, 2. Boas práticas adotadas no âmbito da comunicação com o Parlamento, 3. Boas práticas adotadas no âmbito da comunicação com os cidadãos, 4. Conclusão e 5. Recomendação.

## 1. Boas práticas no âmbito da Estratégia de Comunicação

A comunicação dos valores e benefícios das Instituições Superiores de Controlo – ISC visa demonstrar como o trabalho destas entidades pode impactar nas instituições e na vida dos cidadãos. Para atingir este objetivo as ISC devem intensificar os seus trabalhos, fortalecendo com as suas ações os valores estruturantes do seu mandato, tais como accountability, transparência e integridade. Estes resultados e valores, que se procuram demonstrar pela ação das instituições deverão ser comunicados às entidades públicas e às partes interessadas demonstrando o grau de independência da ISC.

Por outro lado, a comunicação também ajuda a divulgar o papel e a imagem da própria ISC junto do público em geral. Para ganhar a confiança permanente a ISC deve demonstrar a sua relevância contínua junto dos cidadãos, ao Parlamento e a outras partes interessadas, sendo uma organização modelo no seio da sociedade. Para que os valores e os seus benefícios sejam bem recebidos na sociedade é necessário ter em conta as contribuições de todas as partes relevantes através do seu envolvimento no processo.

Na formação de uma boa estratégia de comunicação nas ISC é necessário, como referido, ter o envolvimento das partes interessadas com vista a facilitar a transmissão dos objetivos e das metas traçadas no seu plano estratégico. Porém, as comunicações devem dar a prioridade às partes identificadas como as mais importantes, e as mensagens comunicadas deverão ser identificadas de acordo com o grau de relevância para não existir ambiguidade nas decisões tomadas ou recomendações emitidas.

A comunicação para ser eficaz pode ampliar a competência em várias áreas e ao mesmo tempo pode fortalecer a cooperação em áreas como representação, capacitação e intercâmbio entre as entidades congéneres ou também com outras entidades públicas. Um exemplo concreto: a participação dos auditores da Câmara de Contas via online em vários tipos de formação ou capacitação, além de partilha de dados, partilha de experiência, etc., com outras ISC ou com a organização multilateral, OISC-CPLP ou com a organização internacional INTOSAI. Através desta comunicação podemos usufruir dos recursos disponíveis e ao mesmo tempo melhor nos consciencializarmos dos valores e dos benefícios das ISC na sociedade.

Os trabalhos realizados pela ISC, são sempre comunicados às entidades auditadas e entidades públicas com função de tutela. O público é informado, diretamente ou através das novas tecnologias, ou seja, através do site próprio da ISC, da média social, ect. Os relatórios das ações de controlo, são publicados de forma integral, contendo para eficaz esclarecimento e exercício



do direito do contraditório as respostas dos visados por anexo. Como ação complementar futura, que poderá enriquecer a estratégia de comunicação, poderão ser desenvolvidos trabalhos de avaliação da eficácia dos mecanismos da comunicação junto dos destinatários privilegiados e dos cidadãos em geral.

## 2. Boas práticas adotadas no âmbito da comunicação com o Parlamento

A comunicação com o órgão legislativo, como é o Parlamento Nacional é de grande importância porque este é uma das partes interessadas de maior relevo para uma ISC, pois, considerando as especificidades dos diversos modelos constitucionais/legais estas entidades são interdependentes no exercício da função de supervisão. O Parlamento exercendo a função de fiscalização política na supervisão do orçamento executado pelo órgão executivo, e a ISC exercendo função de fiscalização jurisdicional através da modalidade de controlo financeiro atribuída por lei. Da boa comunicação entre Parlamento e a ISC podem resultar importantes sinergias no controlo da utilização dos dinheiros públicos empregues pelo órgão executivo. O papel do Parlamento é crucial na vigilância e na produção das leis que garantam que todas as entidades públicas que despendem dinheiro não o fazem com prejuízo do erário público.

A produção de relatórios de auditoria bem como do Parecer sobre a Conta Geral do Estado e a sua comunicação ao Parlamento e ao Governo tem a função de alertar público e da necessidade de implementação de medidas corretivas ou até mesmo alteração de políticas públicas com vista a preservação dos recursos públicos com a sua utilização de forma económica, eficiente e eficaz.

Caso exista a necessidade de posteriores desenvolvimentos sobre os relatórios ou pareceres enviados, o Parlamento Nacional pode solicitar a presença dos membros do Tribunal com o apoio dos seus auditores para prestar esclarecimentos sobre dúvidas pertinentes. Estes tipos de colaborações têm previsão na lei, estabelecendo a comunicação com o poder legislativo como uma das atribuições da ISC, o que tem contribuído para estabelecer a boa governança no Estado democrático.

Concomitantemente o mandato legal prevê que a Câmara de Contas elabore pareceres a solicitação do Parlamento Nacional sobre projetos legislativos com relevância financeira, o quais são comunicados à entidade legislativa podendo ser objeto de apresentação na comissão parlamentar competente, sendo posteriormente divulgados. A realizar auditorias de qualquer tipo ou natureza a determinados atos, procedimentos ou aspetos da gestão financeira de uma ou mais entidades sujeitas aos seus poderes de controlo financeiro a solicitação do Parlamento, as quais têm a mesma divulgação que as restantes.

Em modo geral, podemos considerar que os mandatos legais da Câmara de Contas têm sido assegurados com sucesso na vertente de apoio da ISC ao poder legislativo na sua função política



de fiscalização e controlo financeiro. A comunicação tem sido assegurada ao longo dos anos, como resulta dos dados constantes dos relatórios de atividades, com a presença regular da Câmara de Contas na comissão parlamentar competente, realizando a consciencialização do seu mandato, apresentando as principais conclusões dos trabalhos realizados, auditorias solicitadas e Parecer sobre a CGE, procedendo à sua discussão. Sempre que solicitados foram apresentados pareceres sobre projetos legislativos.

### 3. Boas práticas adotadas no âmbito da comunicação com os cidadãos

A comunicação entre a ISC e os cidadãos é fundamental para promover a transparência, a prestação de contas e a participação democrática na fiscalização do uso dos recursos públicos. Os cidadãos são destinatários dos trabalhos realizados pela Câmara de Contas e é crucial que estes sejam comunicados.

As boas práticas adotadas no âmbito da comunicação com os cidadãos devem ter início com a divulgação do seu mandato para que os cidadãos tenham consciências de qual o âmbito de atuação da ISC.

Para que a atuação da ISC seja conhecida e para que o seu mandato seja efetivamente compreendido pelos cidadãos em geral, é necessário que sejam divulgados os produtos da ISC. Para chegar ao maior número de pessoas possível a ISC deve fazer um resumo dos seus relatórios de auditoria para serem redigidos e colocados no seu website ou para que sejam disponibilizados para a imprensa e outros meios de comunicação social e também na média social. Assim, será mais fácil que os cidadãos tomem conhecimento de quais as principais conclusões da auditoria.

A lei habilita a Câmara de Contas a proceder à comunicação dos seus produtos, sendo que todos os seus relatórios estão publicados no site institucional, totalmente acessíveis, também são publicados os Pareceres sobre a Conta Geral do Estado, as decisões de recusa de visto e as sentenças de julgamento da responsabilidade financeira.

Também existe a previsão de a Câmara de Contas poder difundir os seus relatórios através de qualquer meio de comunicação social, após a comunicação às entidades interessadas para que as suas conclusões sejam partilhadas com os cidadãos.

O acesso às informações sobre a Câmara de Contas e os seus produtos e principais conclusões proporciona oportunidades para que os cidadãos contribuam com sugestões e participem dos trabalhos das ISC, sem esta comprometa a sua independência. É possível aos cidadãos prestar informações sobre programas governamentais, realizar sugestões para a melhoria dos serviços e da administração pública e fazer denúncias sobre factos suscetíveis de serem considerados geradores de responsabilidade financeiras, incluindo por canal digital, através do envio por correio eletrónico. Conforme o regulamento institucional, as comunicações recebidas são



registadas, analisadas e é dada resposta ao remetente sobre o encaminhamento realizado, caso não seja anónimo.

Será ainda uma reconhecida mais-valia a utilização de forma adequada dos média e da internet, com a construção de um site institucional apelativo, envio de boletins/newsletter por e-mail, e o uso das redes sociais, especialmente aquelas de grande aderência no país, com conteúdos que transmitam as mensagens principais.

As boas práticas já implementadas pela Câmara de Contas e as que se pretendem desenvolver, no futuro no âmbito desta forma de comunicação deverão ser objeto de avaliação pela instituição junto dos destinatários, de forma a perceber se os instrumentos e mensagens transmitidas são consideradas apropriadas pelos cidadãos e qual o nível da sua aceitação e compreensão, com vista à melhoria desta dimensão.

A boa gestão dos recursos públicos é condição essencial e indispensável para alcançar o desenvolvimento e fortalecer a democracia nos países. Contudo, é importante ter presente que as Instituições Superiores de Controlo, sozinhas, nunca conseguirão assegurar essa boa gestão com a colaboração e participação da sociedade civil e dos a Câmara de Contas poderá fomentar e contribuir ativamente para a boa governança e transparência públicas.

## 4. Conclusões

Apresentam-se as sugestões de conclusões a considerar na declaração da conferência por referência à temática escolhida:

A comunicação é um meio através do qual as ISC divulgam o seu mandato, objetivos e resultados dos trabalhos realizados junto dos destinatários institucionais e dos cidadãos. A boa comunicação contribuirá para o conhecimento dos destinatários, a boa governança das instituições dos Estados democráticos, com o aumento da transparência, responsabilização e reforço da cidadania financeira.

A política de comunicação deve estar alinhada com a estratégia de comunicação da instituição superior de controlo, identificando as mensagens de maior relevância os destinatários privilegiados e os canais adequados. Deve ser promovida a monitorização dos resultados obtidos nesta área.

A Câmara de Contas identificou o Parlamento e os cidadãos como destinatários relevantes para a temática da comunicação considerando, relativamente ao primeiro as relações institucionais privilegiadas resultantes dos regimes constitucionais/legais das ISC e os segundos por serem os destinatários últimos e principais de toda a ação pública.

As boas práticas internacionais, designadamente as constantes de diversos instrumentos do universo da INTOSAI conduzem-nos a uma matriz de análise da questão da comunicação de



forma estruturada, integrada, contínua, profissional, com a fixação de objetivos, monitorização de indicadores e realização de avaliação.

Como previsto da ISSAI 12 um dos objetivos das ISC deve ser demonstrar junto das partes interessadas a sua relevância, tendo para isso de demonstrar o valor do trabalho realizado (os seus produtos) e a sua utilidade para as instituições e sociedade em geral.

## 5. Recomendações

Relativamente às temáticas discutidas na assembleia:

As ISC devem adotar uma estratégia de comunicação que seja coerente com o seu mandato e objetivos fixados no âmbito dos seus instrumentos de planeamento, articulando as vertentes da comunicação interna e externa para uma maior eficácia.

As ISC devem privilegiar a comunicação com o Parlamento, promovendo a divulgação e discussão dos seus pareceres/relatórios, com a apresentação agregada das principais questões e das recomendações realizadas para, junto daquele órgão aumentar o impacto dos trabalhos realizados, estimulando a sua utilização concreta pelo legislativo.

As ISC devem procurar continuamente comunicar ao público as mensagens consideradas como de maior importância, em linguagem e formatos acessíveis e apelativos de forma a contribuir para o desenvolvimento efetivo da cidadania financeira nos seus países.

Ainda, relativamente a questões pendentes:

A Organização das Instituições Superiores de Controlo dos Países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa deve continuar a desenvolver os esforços e diligências necessários à inclusão da língua portuguesa como idioma oficial de trabalho da INTOSAI.